

## A dívida e a dúvida

O Congresso Nacional não participou da contratação da dívida externa nem interferiu na formulação das prioridades nacionais financiadas pela poupança importada. Agora, do alto dos respiros da abertura, o Congresso Nacional exige participação na montagem dos acordos do Brasil com o FMI, ao tempo em que instala a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas da dívida externa.

O presidente da CPI da dívida é o deputado Alencar Furtado, que presidiu a CPI das multinacionais, em 1975. O vice-presidente é o deputado Sebastião Nery.

●●●  
A investigação das causas da dívida é tarefa relativamente meridiana, o projeto maior do que o recurso, o passo maior do que a perna, o governo tocador de obras, o fazer 50 anos em cinco, o regime de intemperança orçamentária (estimulado pela impunidade contábil e pela imunidade política), o esquema do dever é crescer, o alvará bancário do gênero dívida-não-se-paga (renova-se, rola-se e enrola-se), o importante é ter crédito e usar todo o limite de crédito — depois a gente inventa qualquer coisa com essa poupança de aluguel.

Um problema essencialmente político. As contas não foram feitas, as obras foram executadas, governo fazendo coisas de que a gente nem precisava com o dinheiro que o Brasil não tinha.

A culpa não é do FMI.

●●●  
A verdade é que muita gente festejou as causas da dívida.

O Brasil, por conta dessa poupança suplementar sem limite, foi o país que mais cresceu no mundo, em termos relativos, no longo ciclo de 1955 a 1980. Simplesmente, quadruplicamos o PIB "per capita" neste quartel de século, mesmo com a cegonha verde-amarela dobrando a população brasileira no mesmo período.

Milagre é efeito sem causa. Pois a causa do "milagre" brasileiro foi a combinação de poupança alheia com poupança falsa. A primeira, dívida externa. A segunda, emissão de moeda sem lastro em produto, que meu avô alemão chamava de inflação.

Com a maior dívida do mundo e com a maior inflação do mundo, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo. Fácil.

●●●  
Vale observar que o governo Figueiredo é o pri-

meiro, em 25 anos, que não lançou um único projeto de impacto, um único programa de base, uma única obra cinematográfica. Desde 1979, ele simplesmente tenta concluir os projetos em curso, ao tempo em que esgota o último dólar dos empréstimos novos no pagamento dos juros da dívida anteriormente contratada.

●●●  
Acredite quem quiser — somente em fevereiro deste ano o Brasil conseguiu identificar as empresas estatais, com todas as suas subsidiárias, associadas e participações cruzadas.

E desde fevereiro, procuramos fazer a conta de cada uma delas — e não estamos conseguindo.

●●●  
Em resumo: agosto de 1983, vigésimo oitavo aniversário do modelo "ninguém segura o Brasil", ainda não sabemos qual é o tamanho nem qual é o endereço do tal de "déficit" público. Nem mesmo com o FMI puxando nossas orelhas e humilhando nossos brios.

E o pior: com metade do Brasil questionando a orgia dos gastos públicos e com a outra metade vendo nessa cobrança uma conspiração entreguista...

●●●  
Democrata de plantão, algo mais que votar no dia da eleição, folgo em saber que o Congresso Nacional, mesmo mutilado por um recesso parlamentar anacrônico e iníquo, optou pela apuração das causas da dívida, que para mim não comporta qualquer dúvida.

A CPI da dívida chega, no mínimo, com cinco anos de atraso. Tanto assim, que ela se propõe colocar a tranca na porta arrombada — e bota arrombamento nisso.

Menos mal. Se levada a sério, a CPI vai dedodurar o processo de estatização da economia, dinheiro do contribuinte bancando o lucro do acionista de certas empresas estatais de chapa branca, em regime de capital entreaberto, com ações cotadas em bolsa...

●●●  
Contribuinte de plantão — para mim, contribuinte é quem consome bens e serviços com impostos indiretos embutidos nos preços finais — gostaria que a CPI da dívida concluísse pela necessidade de converter empresas estatais em autarquias, com orçamentos criados pelo Congresso e com balanços auditados pelo Tribunal de Contas e não por auditores independentes com matriz em Nova Iorque.

A Petrobrás, coitada, carrega o mercado secundário de ações (centrado em bolsa) nas costas quentes do monopólio estatal, sem ter como "capitalizar-se" no mercado primário. Bem ao contrário, é obrigada a endividar-se lá fora, em dólar, correção cambial de 244% ao ano.

As decisões da empresa de capital aberto, gestora de monopólio da União, deveriam ser homologadas, não por uma assembléia geral de acionistas, mas pela assembléia nacional do Parlamento, legítima representação de 130 milhões de brasileiros, donos fisiológicos do monopólio da União, nos domínios do petróleo.

●●●  
Uma Vale do Rio Doce, maior companhia de mineração do mundo, bem que poderia chamar capital nas esquinas do mercado primário de ações para fundar a Ourobrás S.A., titular das concessões de Serra Pelada, Andorinhas, Tapajós, Surucucu e outros achados do ramo. Gostaria de apostar meu dinheiro sem prazo nem juro na saga do ouro brasileiro.

Temos no Brasil de hoje, acossado por grave crise de imaginação, uma poupança interna bruta da ordem de US\$ 90 bilhões, em moeda nacional, segundo estimativa de Octávio Gouvêa de Bulhões. Essa poupança sustentaria o crescimento do Brasil, sem o suplemento do capital estrangeiro de aluguel, se reciclada via mercado de capitais e não, como até agora, via mercado financeiro — sócio no lugar do credor.

●●●  
Para a CPI das causas da dívida externa ler no receso da cama:

1) A impunidade orçamentária patrocinou a administração pública leviana do passo maior do que a perna, grave desvio político do sistema;

2) A insanidade institucional do modelo, feito de crédito e não de capital, concentrou a poupança nacional nos ativos de aluguel de dinheiro e não nos fundos de doação de capital;

3) Por consequência, além do desperdício da poupança importada em obras supérfluas ou postergáveis, estamos amargando o desvio da poupança interna do sistema produtivo para o regime especulativo, dinheiro parindo dinheiro sem fertilizar o produto nem garantir o emprego.

O resto é o resto. Inclusive, a CPI da dívida e a dúvida.